



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RECURSO N.º 256, DE 2009

(Do Sr. Ciro Nogueira e outros)

Recorre contra a apreciação conclusiva da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que aprovou o Projeto de Lei nº 2.650/2003, que Altera Código de Trânsito Brasileiro, tornando proibido aos condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores o tráfego entre veículos de filas adjacentes e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) REC-254/2009.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Os Deputados abaixo assinados, com fundamento no art. 132, § 2º., do Regimento Interno, recorrem ao Plenário contra a apreciação conclusiva do Projeto de Lei nº. 2.650/2003, que “ Altera o Código de Trânsito Brasileiro tornando proibido aos condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores o tráfego entre veículos de filas adjacentes e dá outras providências”, discutido e votado nos termos do art. 58, § 2º., da Constituição Federal, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC, e publicado no Diário da Câmara dos Deputados nº. _____, de 17/04/2009, pág. 2-B, pelas seguintes razões:

Trata-se de proposição que proíbe o tráfego de condutores de motocicletas, motonetas ou ciclomotores entre veículos de filas adjacentes ou entre calçadas e veículos de fila a ele adjacentes.

O projeto em seu conteúdo em nada melhora as condições de segurança de tráfego nas cidades brasileiras, uma vez que em função da explosão do crescimento desordenado do trânsito, a população optou por utilizar um meio de transporte mais ágil, rápido, para enfrentar os grandes fluxos de automóveis em seus deslocamentos do trabalho para casa e vice-versa. Neste mesmo sentido as empresas utilizam-se do mesmo transporte para cumprirem seus objetivos a fim de melhorar seus serviços e a competitividade enfrentando congestionamentos nos grandes centros urbanos.

A proposta recém-aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania – embora não contenha vícios de natureza constitucional, mas a sua provação pelo Plenário desta Casa não evitará que venha ocorrer acidentes de trânsito entre automóveis e os usuários deste meio de transporte urbano.

Todavia, as políticas de segurança de trânsito não conseguem resultados positivos por mera falta de fiscalização. Incumbe portanto, o gestor público no exercício da função, fiscalizar e coordenar ações em benefício da sociedade, e não criar normas proibitivas sem nenhum efeito prático.

Não há razões contidas no projeto que ora se pretende aprovar para impedir a livre circulação de motocicletas e afins, para evitar acidentes nas vias urbanas dos grandes centros, tratando-se portanto, de mais uma norma jurídica sem nenhuma eficácia.

Neste sentido apelamos à consciência dos nobres Deputados para rejeitar a proposição sob exame, e no mérito pela não aprovação e a rejeição do Projeto de Lei nº. 2.650/2003, por simplesmente RESTABELECER DISPOSITIVOS JÁ VETADOS PELO PODER EXECUTIVO quando da promulgação do Código de Trânsito Brasileiro.

Por fim, trata-se de matéria que, por sua complexidade e abrangência, deve ser exaustivamente analisada e debatida pela composição plenária da Casa, porque afetará sobremaneira o direito dos usuários de transporte ciclomotores e afins, trafegarem pelos grandes centros urbanos. Assim, conclamamos aos nobres pares pela não apreciação deste projeto, e no mérito somos pela suas rejeição.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2009.

Dep. **Ciro Nogueira** – PP/PI

Proposição: REC 0256/09

Autor: CIRO NOGUEIRA E OUTROS

Data de Apresentação: 23/04/2009 11:54:36 AM

Ementa: Recorre contra a apreciação conclusiva da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que aprovou o Projeto de Lei nº 2.650/2003, que Altera Código de Trânsito Brasileiro, tornando proibido aos condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores o tráfego entre veículos de filas adjacentes e dá outras providências.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Total de Assinaturas:

Confirmadas: 059

Não Conferem: 002

Fora do Exercício: 000

Repetidas: 002

Ilegíveis: 000

Retiradas: 000

Total: 063

Assinaturas Confirmadas

1-JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG)

2-CIRO NOGUEIRA (PP-PI)

3-CAPITÃO ASSUMÇÃO (PSB-ES)

4-ÁTILA LIRA (PSB-PI)

5-GASTÃO VIEIRA (PMDB-MA)

6-EFRAIM FILHO (DEM-PB)

7-NELSON MEURER (PP-PR)

8-ABELARDO LUPION (DEM-PR)

9-AELTON FREITAS (PR-MG)

10-MARCIO JUNQUEIRA (DEM-RR)
11-DAMIÃO FELICIANO (PDT-PB)
12-MENDONÇA PRADO (DEM-SE)
13-SANDES JÚNIOR (PP-GO)
14-RATINHO JUNIOR (PSC-PR)
15-DELEY (PSC-RJ)
16-MAURO LOPES (PMDB-MG)
17-NARCIO RODRIGUES (PSDB-MG)
18-JÚLIO CESAR (DEM-PI)
19-FELIPE BORNIER (PHS-RJ)
20-CARLOS ALBERTO CANUTO (PMDB-AL)
21-OSVALDO REIS (PMDB-TO)
22-MÁRCIO MARINHO (PR-BA)
23-ELISMAR PRADO (PT-MG)
24-MARCELO SERAFIM (PSB-AM)
25-CLEBER VERDE (PRB-MA)
26-PINTO ITAMARATY (PSDB-MA)
27-GUILHERME CAMPOS (DEM-SP)
28-GEORGE HILTON (PP-MG)
29-JOAQUIM BELTRÃO (PMDB-AL)
30-JÚLIO DELGADO (PSB-MG)
31-EUDES XAVIER (PT-CE)
32-MANATO (PDT-ES)
33-FRANCISCO PRACIANO (PT-AM)
34-NILSON MOURÃO (PT-AC)
35-FERNANDO FERRO (PT-PE)
36-JOÃO CARLOS BACELAR (PR-BA)
37-NATAN DONADON (PMDB-RO)
38-EDUARDO DA FONTE (PP-PE)
39-JOSÉ GENOÍNO (PT-SP)
40-ELIENE LIMA (PP-MT)
41-LEONARDO MONTEIRO (PT-MG)
42-SÉRGIO MORAES (PTB-RS)
43-LUIZ SÉRGIO (PT-RJ)
44-WILLIAM WOO (PSDB-SP)
45-RAUL JUNGSMANN (PPS-PE)
46-CLAUDIO CAJADO (DEM-BA)
47-NEILTON MULIM (PR-RJ)
48-ZEQUINHA MARINHO (PMDB-PA)
49-OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR)
50-VICENTINHO ALVES (PR-TO)
51-DR. UBIALI (PSB-SP)
52-JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE)
53-EDIGAR MÃO BRANCA (PV-BA)
54-NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP)
55-BARBOSA NETO (PDT-PR)
56-RICARDO QUIRINO (PR-DF)
57-LAERTE BESSA (PMDB-DF)
58-ULDURICO PINTO (PMN-BA)
59-MARCOS LIMA (PMDB-MG)

Assinaturas que Não Conferem

1-BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB-MG)
2-WILSON SANTIAGO (PMDB-PB)

Assinaturas Repetidas

1-RAUL JUNGSMANN (PPS-PE)

2-WILLIAM WOO (PSDB-SP)

FIM DO DOCUMENTO
